

MECANISMOS DE TEXTUALIZAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM A RETEXTUALIZAÇÃO

TEXTUALIZATION MECHANISMS AND THEIR RELATIONSHIP WITH RETEXTUALIZATION

Ana Clara Gonçalves Alves de Meira – Mestranda Poslin/UFMG
(anaclameira@hotmail.com)

Záira Bomfante dos Santos – Mestranda Poslin/UFMG
(zaira-santos@hotmail.com)

RESUMO: Ao estudarmos os mecanismos de textualização, consideramos que é necessário mencionar as diversas definições atribuídas aos textos ao longo dos anos para depois explicitarmos o que seriam os mecanismos de textualização. Neste artigo, objetivamos analisar, especificamente, três mecanismos: relevo, referenciação e parafraseamento. Além disso, explicaremos o processo de retextualização e a sua relação com os mecanismos de textualização, entendendo que quando se trata do primeiro não dá para dissociá-lo do segundo. Assim, a retextualização pode se utilizar dos diversos mecanismos de textualização para a sua concretização, e, em ambos, está intrínseco a textualidade.

Palavras-chave: Mecanismos de textualização e Retextualização.

ABSTRACT: To study the mechanisms of textualization, we believe that it is necessary to mention various definitions attributed to the texts along years, after explaining what would be textualization mechanisms. In this article, we intend to analyze specifically three mechanisms: Emphasis process, Referential process and Paraphrase process. In addition, we will explain the process of retextualization and its relationship with the mechanisms of textualization, understanding that when the first one is mentioned, it's not possible to separate it from the second. Thus, the retextualization can use the various textualization mechanisms to its accomplishment and in both textuality is intrinsic.

Keywords: Textualization mechanisms and Retextualization.

1 Introdução

Falar de texto não é uma tarefa fácil, pois traz consigo várias questões, por exemplo, como defini-lo? Para respondermos a essa pergunta, é importante entendermos que o conceito de texto se modificou ao longo dos anos.

As primeiras concepções foram: unidade linguística (do sistema) superior à frase; sucessão ou combinação de frases; cadeia de pronominalizações ininterruptas; cadeia de isotopias; complexo de proposições semânticas. Já as segundas foram influenciadas pela perspectiva pragmática. Assim, o texto foi

definido: pelas teorias acionais, como uma sequência de atos de fala; pelas vertentes cognitivistas, como fenômeno primariamente psíquico, resultado, portanto, de processos mentais e pela teoria verbal como parte de atividades mais globais de comunicação, que ultrapassam os limites do texto em si. (Cf. KOCH 2003, p. 25-26).

No nosso trabalho, pensaremos no texto como um lugar no qual os sentidos se constroem por meio de um processo de interação.

Ao referir-nos a texto, não há como dissociá-lo da textualidade que entendemos como aquilo que contribui para que um texto possa se constituir como um todo significativo. Associaremos a textualidade também aos seus fatores os quais foram apontados por Beaugrande e Dressler (1981) *apud* Koch (2006): coesão e coerência; situacionalidade, informatividade; intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade¹.

Pretendemos ainda analisar alguns mecanismos de textualização: relevo, referenciação e parafraseamento. Para tratar de tais mecanismos, o nosso referencial teórico se baseará nos textos de Travaglia (2006), Marcuschi e Koch (2006) e Hilgert (2006), respectivamente.

Inicialmente, estudaremos tais textos a fim de estabelecermos aspectos gerais de cada um desses mecanismos de textualização. Depois, através de Matencio (2002), explanaremos sobre a retextualização por essa está intrinsecamente relacionada às nossas práticas cotidianas, já que criamos textos novos a partir de outros constantemente. Além disso, o ato de criar pressupõe textualidade, o que permite que estabeleçamos um elo entre textualidade e retextualização.

2 Relevo

Partindo dos conceitos de Travaglia (2006), podemos definir relevo como o elemento textual que de alguma forma será enfatizado em um determinado texto, o que ele denomina de grau de saliência. Desse modo, se pudermos estabelecer uma

¹ Não especificaremos cada um desses termos por não fazer parte dos objetivos deste trabalho.

correlação entre relevo e grau de saliência, é possível também questionar: Como o relevo pode ser marcado no texto?

Antes de adentrarmos a essa questão, é importante fazermos alusão aos dois tipos de relevo: direção e natureza. Quanto à direção, essa pode ser subdividida em positiva e negativa. A positiva estaria relacionada ao fato de se dar proeminência a um termo em relação aos demais. Já na negativa, o efeito é contrário, pois determinados elementos do texto são colocados em segundo plano, o que Travaglia (2006) denomina de rebaixamento². No que diz respeito à natureza do relevo, citamos: estabelecimento de contraste entre figura e fundo; organização das informações em termos de informações essenciais e secundárias; indicação de relevância pragmática e fatos de focalização³.

Podemos considerar alguns motivos que contribuem para o surgimento do relevo, tais como:

- a) Relevo emocional, que é devido ao envolvimento do falante com aspectos de seu tópico ou ao impacto afetivo que as idéias ou fatos têm sobre o falante ou este quer que tenham sobre o interlocutor;
- b) Relevo argumentativo, devido à importância atribuída pelo falante a aspectos de seu tópico (informação ou argumento), para se chegar à conclusão que ele deseja;
- c) Relevo ideacional/cognitivo, devido à pertinência atribuída pelo falante para a configuração de certas idéias ou perspectivas na configuração de seu tópico de um certo modo e não de outro (TRAVAGLIA, 2006, p.170).

Há vários modos de marcarmos o relevo tais como recursos fônicos, como, por exemplo, a entonação⁴; recursos lexicais que são aqueles nos quais os próprios itens lexicais designam o relevo; recursos morfológicos/categorias; recursos

² Ressaltamos que tanto o termo rebaixamento quanto proeminência foram retirados de Travaglia (2006).

³ Não explicitaremos cada um desses itens elencados, porque o objetivo do nosso trabalho, em relação ao relevo, é apenas passar uma noção geral sobre este.

⁴ Há outros recursos fônicos, citamos apenas a entonação a título de exemplificação. Como se pode perceber, especificamos só os dois primeiros recursos; os outros só mencionamos, com exceção das estratégias de construção textual. O que nos levou a adotar tal critério foi o fato de o nosso trabalho se deter apenas de um modo geral a respeito do relevo e, se fôssemos detalhar os outros recursos, teríamos que adentrar em uma série de aspectos. Entretanto, apesar de as estratégias de construção textual não serem sucintas, resolvemos exemplificá-las, já que, devido à sua relevância, não poderíamos deixar de tratar os seus conceitos.

sintáticos, marcadores discursivos e estratégias de construção textual. Sobre este último, cumpre ressaltar que as estratégias de construção textual, conforme o próprio nome indica, seriam os meios utilizados ao elaborar o texto para construir relevo. Entre essas estratégias, temos: Parênteses que se caracterizam normalmente por chamar atenção de algum elemento do texto. Assim, afirma Travaglia sobre parênteses (2006, p. 200) “o falante insere segmentos que dão proeminência a determinados elementos, quase sempre a passagem do texto que acabaram de ser ditas ou que serão ditas a seguir, mas às vezes também que estão sendo ditas”. Outro conceito referente às estratégias de construção textual seria a repetição, pois “ao fazer relevo, dá proeminência a determinados elementos do texto” (TRAVAGLIA, 2006, p.201). A tematização permite que o falante “selecione um elemento que deseje ativar ou reativar no texto e sobre o qual formulará seu enunciado” (TRAVAGLIA, 2006, p.203).

As funções do relevo, segundo Travaglia (2006), podem ser: enfatizar; intensificar, marcar um valor especial, estabelecer contraste; reforçar um argumento; marcar importância para a estrutura ideacional/informacional; marcar o foco informacional. Para compreendermos perfeitamente essas funções, devemos estabelecer um paralelo com a própria definição de relevo: “Chama-se relevo o grau de saliência de determinados elementos em um texto” (TRAVAGLIA, 2006, p.167). Ressaltamos sobre a possibilidade de estabelecer esse paralelo, pois as funções do relevo estão diretamente ligadas à sua definição.

Ao estudarmos o relevo, não há como deixar de dizer que “a própria apresentação que o produtor do texto faz para o receptor dessas avaliações representa já um aspecto interacional, pois na verdade o produtor, com tal relevo, está propondo ao seu interlocutor uma direção e não outra dentro da interação a que o uso do texto está servindo” (TRAVAGLIA, 2006, p.168).

2 Referenciação

Ao introduzirem o conceito de Referenciação, consideramos necessário, citar Marcuschi e Koch (2006, p.381): “Nosso cérebro não opera como um sistema fotográfico do mundo, nem como um sistema de espelhamento, ou seja, nossa

maneira de ver e dizer o real não coincide com o real”. Então, utilizando os termos dos autores citados acima, podemos dizer que os referentes não são objetos do mundo, mas objetos do discurso. Portanto, não é possível estabelecer uma relação de equivalência entre o objeto ao qual se faz referência e a realidade.

Desse modo, quando pensamos sobre o processo de referenciação deve ficar claro que

um texto não se constrói como continuidade progressiva linear, somando elementos novos com outros já postos em etapas anteriores, como se o texto fosse processado numa soma progressiva de partes. O processamento textual se dá numa oscilação entre dois movimentos um para frente (projetivo) e outro para trás (retrospectivo), representáveis parcialmente pela catáfora e pela anáfora (MARCUSCHI E KOCH 2006, p.383-384).

Um texto pode apresentar estratégias de progressão textual: expressões nominais definidas e referenciação anafórica sem antecedente explícito. Esses seriam os dois grandes grupos e, a partir deles, podemos depreender quatro estratégias no que se refere à progressão textual.

A primeira seria a descrição definida que se caracteriza pela seleção de determinadas escolhas em relação a gama de possibilidades que um dado referente permite. Essas escolhas dependerão da situação de interação comunicativa. Um exemplo de descrição definida seriam alguns itens retirados de um trecho do *corpus* de Marcuschi e Koch (2006, p.386): “na apresentação da lista de classificação; na confecção da lista de aprovados; aquela lista⁵ de classificação; da publicação dos resultados da lista de aprovados”. Notamos que o elemento núcleo, que no caso é lista, permanece constante, entretanto, os elementos à direita e à esquerda do núcleo são alterados.

A segunda seria a nominalização “que transforma em objetos-de-discurso informações que anteriormente não possuíam esse estatuto” (MARCUSCHI E KOCH, 2006, p.386). Podemos ilustrar com os exemplos retirados do texto dos autores acima: “quais razões que levam as pessoas a demandarem moeda; quais os motivos que levam a demanda de moeda”. Essa estratégia pode abranger tanto sintagmas verbais quanto enunciados formados apenas por sintagmas nominais.

⁵ Grifo nosso.

A terceira seria a pronominalização que, apesar de os referentes não serem lexicais, pois são pronomes, os processos cognitivos e discursivos permitem que compreendamos quais são os referentes aos quais fazemos menção em um dado contexto.

A quarta seria a associação que se constitui por meio de uma relação entre o termo anterior e os posteriores. Essa relação se estabeleceria da seguinte maneira: “o antecedente é um ponto de referência contextual, funcionando como fonte (âncora) que permite estabelecer a associação (MARCUSCHI E KOCH, 2006, p.389).

Citamos estratégias que se referem à progressão textual, mas há outras ligadas a referenciação: rotulação, argumentação e uso de estratégias metalinguísticas ou metadiscursivas. Conceituaremos cada uma dessas através das definições de Marcuschi e Koch (2006). Assim, rotulação trata-se de uma operação dupla: referenciação propriamente dita (anafórica) e aporte de informação nova por recategorização⁶ lexical do objeto, que pode, inclusive, levar a uma reinterpretação daquilo que precede (p.392). Assim, no trecho que demonstra a rotulação⁷, encontramos a expressão homem sozinho que depois é retomada por termos como “esse cidadão anônimo”, “o homem da camisa branca” e o “cidadão desconhecido” (p.392).

Outra estratégia seria a argumentação, a sua ligação com o termo referenciação é claramente perceptível, já que os referentes que escolhemos para compor o nosso texto estão fortemente relacionados com os argumentos que desejamos estabelecer. Ressaltamos ainda que “é extremamente comum que a descrição definida, ao operar a recategorização do referente, lhe imprima determinada orientação argumentativa” (MARCUSCHI e KOCH, 2006, p. 394). Nesse sentido, em um mesmo texto, quando substituímos a expressão “nessa perspectiva” por “nessa situação inconveniente”, alteramos a orientação argumentativa que desejamos estabelecer naquele contexto.

⁶ Falaremos mais detalhadamente sobre esse termo na última parte do item Referenciação.

⁷ Todos os exemplos citados neste item foram retirados de Marcuschi e Koch (2006).

Ao tratarmos do processo de referenciação, não podemos deixar de mencionar a recategorização, a correferenciação e a co-significação, pois estão intimamente relacionados à progressão textual.

A recategorização se define como um processo em que ocorre uma remissão, mas essa remissão não acarreta uma retomada. Além disso, a recategorização não marca sempre uma correferenciação. Esta última se define como uma remissão que retoma o termo antecedente, ressaltando que o termo posterior designa o mesmo objeto ou indivíduo do anterior. Uma característica básica da recategorização é o fato de essa não expressar co-significação. A co-significação seria a correlação léxico-semântica de um termo e o seu referente. Logo, poderíamos pensar que toda repetição designaria um exemplo de co-significação, “contudo, nem toda a reiteração de um mesmo item lexical implica co-significação, pois é possível que o termo esteja sendo tomado em outro sentido” (MARCUSCHI e KOCH, 2006, p.397).

Os estudos sobre referenciação nos permitem dizer que: um referente não se constrói simplesmente porque remetemos a algum fato do mundo real, mas se constitui por meio de relações discursivas que se tecem cotextual e contextualmente.

3 Parafraseando

De um modo geral, o parafraseamento pode ser definido como uma reformulação de textos anteriores, em que as mudanças ocorridas são parciais ou totais. Conforme Hilgert (2006) há duas maneiras de designarmos a paráfrase:

De acordo com a primeira, enunciados estão em relação parafrástica na medida em que têm seu parentesco semântico determinado por um núcleo de sentido comum invariável; e, conforme a segunda, o caráter parafrástico entre enunciados resulta de “relações semânticas locais, do tipo associativo, construídas pelo jogo da interpretação” (HILGERT, 2006, p.277). Nessa perspectiva, “a paráfrase não é, em si mesma, uma propriedade de formulações lingüísticas, mas o resultado de uma estratégia cognitivo-discursiva dos sujeitos” (FUCHS, 1994, p.130-131 *apud* HILGERT 2006, p.277).

Tomando como base essas duas noções de paráfrase, consideraremos em nosso trabalho a segunda, não só porque estamos utilizando o texto de Hilgert (2006), mas, também, por acreditarmos, assim como ele, que essa concepção de paráfrase enquadra-se melhor numa visão que considera o processo de interação importante na produção textual.

Ao construírem suas paráfrases, os interlocutores atuam de maneira significativa no texto. Nessa perspectiva, depreendemos dois tipos de paráfrases: autoparáfrase e a heteroparáfrase. A primeira ocorre quando temos dois falantes em interação A e B, por exemplo, e um parafraseia aquilo que ele mesmo mencionou. A segunda se manifesta quando B parafraseia o enunciado de A, ou A o de B

Os estudos de Hilgert (2006) demonstram que não devemos nos limitar a uma noção de paráfrase norteada em definições como parafrasear é dizer o mesmo texto com outras palavras, pois entendemos que a paráfrase não estabelece com o texto matriz uma completa equivalência semântica. Desse modo, “o que há entre eles é um grau de equivalência, o qual pode estender-se de uma equivalência forte a uma equivalência fraca” (HILGERT, 2006, p.290). Sobre essa questão de não haver uma equivalência absoluta, Hilgert (2006) enfatiza o fato de que a paráfrase ser dissimétrica no que se refere à matriz, pois seus aspectos semânticos não estão em uma relação de igualdade absoluta.

As relações entre movimentos semânticos e características formais e funcionais das paráfrases estão ligadas à decomposição semântica que se textualiza em uma expansão e à recomposição semântica em uma redução. Podemos dizer, então, que há dois tipos de movimentos semânticos a decomposição e a recomposição. O primeiro tem como formulação sintático-lexical a expansão parafrástica, já o segundo, a redução parafrástica. Cada um deles expressa um tipo de paráfrase: expansiva e redutora, respectivamente. Nas paráfrases expansivas, as funções principais são definir ou explicitar. Já os principais papéis desempenhados pelas redutoras são denominar ou resumir. Há também as paráfrases simétricas, como o próprio nome indica, elas estabelecem um paralelismo sintático, pois mantêm a mesma estrutura sintática da matriz. Hilgert (2006) afirma, entretanto, que, até mesmo nas simétricas, podemos encontrar algum movimento de decomposição e recomposição semântica.

É interessante observarmos também que a “a função específica de cada atividade parafrástica – seja para definir e explicitar, seja para resumir e denominar – é definida pelo motivo que leva um interlocutor, em determinado momento da interação, a valer-se dessa estratégia discursiva” (HILGERT, 2006, p.298).

O estudo da paráfrase nos faz refletir que, assim como o relevo e a referenciação, ela constitui um importante mecanismo de textualização que contribui no contínuo processo de sentido do texto.

5 Uma relação entre textualização e retextualização

Como conceituar a retextualização? Consideremos pertinente referirmo-nos à Matencio (2002) para definirmos esse termo. Assim, ela afirma que “retextualizar é produzir um novo texto a partir de um texto-base, pressupondo-se que essa atividade envolve tanto relações entre gêneros e textos – o fenômeno da intertextualidade – quanto relações entre discursos – a interdiscursividade” (p.111).

Uma diferença deve ser estabelecida entre retextualização e reescrita, pois esses não são conceitos equivalentes. Nesse sentido, Matencio (2002) demonstra que uma maneira de diferenciar esses conceitos, é partir do princípio de que “retextualizar é produzir um novo texto, então se pode dizer que toda e qualquer atividade propriamente de retextualização irá implicar, necessariamente, mudança de propósito, porque não se trata mais de operar sobre o mesmo texto, para transformá-lo - o que seria o caso na reescrita -, mas de produzir novo texto” (p.112-113).

Além do que foi mencionado, devemos pensar que a retextualização parte da compreensão. Desse modo, não há como retextualizar um texto se não conseguirmos apreender o sentido dele. Logo, a compreensão é uma etapa imprescindível para o processo de retextualização.

Ao produzir um texto, não o construímos ao acaso, pois temos que levar em conta os fatores de textualidade como coesão, coerência, situacionalidade, etc. Assim, utilizamos da textualidade para que o nosso texto seja compreendido e produza significado para quem o ler. Além disso, quando retextualizamos, podemos utilizar dos mecanismos de textualização como uma paráfrase, uma referenciação,

relevo, etc. Logo, a retextualização não pode ser separada da textualização, pois esta é um dos instrumentos necessários para que aquela atinja seus objetivos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os mecanismos de textualização estudados neste trabalho, apesar de possuírem suas especificidades: relevo de salientar; referência de fazer referência; paráfrase de reformular. Todos eles têm algo em comum, pois o que daremos relevo, faremos relevância ou parafrasearemos estará relacionado com o processo de interação em uma determinada situação discursiva. Nesse sentido, Marcuschi (2008) afirma: “a língua é fundamentalmente um fenômeno sociocultural que se determina na relação interativa e contribui de maneira decisiva para a criação de novos mundos e para nos tornar definitivamente humanos” (p.125).

Percebemos,então, que não há como desvincular a retextualização da textualização e de seus mecanismos, já que não é possível construir uma retextualização sem passarmos pelo crivo da textualização.

Referências Bibliográficas

HILGERT, José Gaston. Parafraseamento. In: JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça (orgs.). *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. v.1. Campinas: UNICAMP, 2006.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Introdução à Linguística textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. *O texto e a construção dos sentidos*. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Referência. In: JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça (orgs.). *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. v.1. Campinas: UNICAMP, 2006.

MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. Atividades de (re)textualização em práticas acadêmicas: um estudo do resumo. *Scripta*. Belo Horizonte, v.6, n.11, 2. Sem. 2002. p. 109-122(ISSN 1516-4039).

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. O relevo no processamento da informação. In: JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça (orgs.). *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. v.1. Campinas: UNICAMP, 2006.